

A Verdade nos Olhos

A nação ainda não se refez das tensões da semana em que os fatos fugiram ao controle dos que os desencadearam. As conseqüências passaram à frente da programação e ganharam clareza ofuscante dos que se recusaram a fitar a verdade nos olhos.

O efeito desconcertante da tensão política é a evidência de que os quatro maiores partidos brasileiros – o PMDB, o PT, o PSDB e o PFL – caíram na armadilha preparada com outra finalidade. Cada uma dessas lendas contribuiu para o espetáculo que não dignificou a vida parlamentar. Ficaram devendo a reparação moral à sociedade na qual é visível o desagrado com o padrão inferior de fazer política.

Refeitas do choque, as direções e lideranças partidárias precisam recolher-se e começar de zero um trabalho de recuperação conceitual da vida política e da credibilidade parlamentar abalada. O episódio da quebra do sigilo da votação do Senado no caso da cassação do mandato do ex-senador Luiz Estevão é uma bomba de múltiplos efeitos. Detonada pelos peritos da Unicamp, que desmontaram o mecanismo e confirmaram a fraude, a Comissão de Ética não podia perder tempo. Chamou para depor a ex-diretora do Prodasen (o serviço de processamento de dados do Senado) e produziu a confirmação que estava subjacente: a trapaça ocorreu no próprio Senado, por obra e graça de funcionários que alegam, em sua defesa, ordens vindas de cima e medo de punição por desobediência.

A atenuante para os autores da fraude é, no fundo, agravante: confirma o espírito subserviente que submete Brasília à perda de responsabilidade individual. Assim, 24 horas depois de denunciados publicamente pelos fraudadores, os senadores José Roberto Arruda e Antônio Carlos Magalhães voltam-se contra a denunciante, para desqualificá-la como fonte das acusações. A confissão de culpa e a denúncia tardia vieram juntas mas não eximem de responsabilidade a senhora Regina Peres Borges no comando da operação.

Esse é o pano de fundo. A cena será ocupada pelo esclarecimento de todos os aspectos e a tomada de depoimento de todos os envolvidos. Longe das atenções, porém, abre-se o espaço para uma iniciativa urgente: uma operação política de natureza discreta, envolvendo responsabilidade dos que a têm por mandato eletivo. Os dirigentes políticos terão que encontrar solução institucional para o Congresso e, em especial, para o Senado que foi o eixo em torno do qual se teceu o escândalo.

O líder do PSDB no Senado, o senador do PFL que por dois anos presidiu o Senado, o senador José Eduardo Dutra, do PT, que estava a par da fraude antes da votação e não a denunciou, e o presidente do Senado silenciado pela saraivada de denúncias, estarão todos às voltas com os fatos deploráveis. Alguém terá de propor, com discrição mas com competência, a elaboração de procedimentos de efeito político imediato.

A sociedade precisa urgentemente de captar sinais de que os políticos brasileiros não são todos, nem mesmo a maioria, irresponsáveis e indiferentes ao julgamento dos cidadãos. A política tem a função social de reaplicar as energias morais, ampliar a fé no país, a confiança nas instituições, na qualidade do voto popular, no funcionamento dos partidos. Não se trata, a esta altura, de temporizar com os erros, mas de redimir a política como geradora de soluções. Estão nivelados pelas circunstâncias tanto a aliança governamental como a nave capitânia da oposição, o PT, que tem um senador que, informado a tempo, não denunciou a fraude programada. Precisam ser esclarecidas as dúvidas a respeito de outros votos secretos do PT sob suspeita na lista fatídica.

Mais importante que caçar culpados é moralizar o padrão da política brasileira e restaurar a confiança dos cidadãos no Congresso. Quanto mais depressa a política se regenerar, melhor para todos. Menos para os que cometeram fraudes e não tiveram atenuantes. A opinião pública quer conferir penamentos, palavras e obras.